

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO PGM-GRU

P R O V A 0 2

Direito Constitucional

1

Segundo Tércio Sampaio Ferraz Jr: “A interpretação legítima meios, alterando a realidade social, de modo que os fins positivamente vinculados possam ser alcançados. [...] A interpretação legítima os fins, de modo que a realidade seja alterada, a fim de que os meios, se não existentes, possam ser adequadamente criados pelo legislador”; nesse contexto, é correto afirmar sobre o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais:

- a) a vigência é o modo específico de existência da norma jurídica; a constituição pode ser promulgada em determinada data, com cláusula de vigência que estabelece outro momento em que ela começará a vigorar e, com isso, tornar-se apta a produzir os efeitos próprios do seu conteúdo, conforme modelos adotados nas Constituições brasileiras de 1934, 1946 e 1967.
- b) a aplicabilidade é a qualidade do que é executável; significa que a norma tem capacidade para produzir efeitos, como nos casos das normas constitucionais de eficácia limitada, as quais receberam do constituinte normatividade suficiente para reger os interesses relativos a determinada matéria, mas deixando margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do Poder Público, razão pela qual possuem aplicabilidade não integral e indireta.
- c) a efetividade da norma constitucional expressa o seu cumprimento pela materialização dos preceitos legais no mundo dos fatos; simboliza a aproximação entre o dever-ser e o ser da realidade social, conforme visão doutrinária impulsionada pelas teorias do neoconstitucionalismo e da teoria dos direitos fundamentais.
- d) a eficácia exaurida de uma norma objeto de ação de controle abstrato de constitucionalidade conduz o Supremo Tribunal Federal a decretar a extinção do processo por perda superveniente do objeto, efeito a ser replicado automaticamente em todos os processos individuais nos quais se discutem eventuais lesões advindas da mesma norma.
- e) a eficácia significa correlacionar condições técnicas, axiológicas e fáticas da atuação da norma jurídica, de modo que não há norma constitucional sem eficácia, como nos casos das normas constitucionais de princípio institutivo impositivas, as quais indicam sempre o sentido dos fins sociais e do bem comum que almejam, com normatividade suficiente à sua incidência imediata.

2

Ao tratar sobre as espécies normativas do processo legislativo brasileiro, a Constituição expressamente consigna que

- a) as medidas provisórias, de legitimidade do Chefe do Poder Executivo, publicadas em caso de relevância e urgência, terão prazo máximo de vigência de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, e poderão versar, inclusive, sobre nacionalidade.
- b) são de iniciativa concorrente do Presidente da República e do Congresso Nacional as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas.
- c) a Constituição poderá ser emenda mediante iniciativa popular, desde que o projeto seja subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído em 5 Estados, com não menos do que 3 décimos por cento em cada um deles.
- d) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- e) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

3

Assinale a alternativa correta sobre os Tribunais de Contas nos termos da Constituição de 1988:

- a) É vedada a criação de novos Tribunais de Contas Municipais, devendo ser extintos os Tribunais de Contas Municipais existentes por ocasião da promulgação da Constituição.
- b) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas da União ou dos Estados.
- c) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas do Presidente da República.

d) Ao Tribunal de Contas da União compete fiscalizar a aplicação de recursos repassados aos Estados mediante ajuste ou instrumentos congêneres.

e) As decisões do Tribunal de Contas que resultarem na imposição de multa terão eficácia de título executivo judicial.

4

A respeito dos Tribunais de Contas, de acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas da União não possui competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio a Município.
- b) O Tribunal de Contas possui competência para direta e imediatamente suspender a execução de contrato administrativo, sempre que verificada ilegalidade capaz de gerar prejuízo ao interesse público.
- c) O Tribunal de Contas possui competência para realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Executivo.
- d) Deverão ser obedecidos os princípios do contraditório e da ampla defesa pelo Tribunal de Contas na apreciação da legalidade do ato de concessão de aposentadoria.
- e) O Ministério Público de Contas possui competência privativa para executar multa resultante de sanção aplicada pelo Tribunal de Contas.

5

De acordo com a Constituição Federal,

- a) a criação ou extinção de Secretarias Municipais, assim como de Ministérios, pode se dar por meio de decreto.
- b) a organização e o funcionamento de órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, quando não implicarem aumento de despesa, poderão ser disciplinados por decreto.
- c) autarquias, agências executivas, fundações e empresas públicas somente podem ser criadas por lei.
- d) os órgãos colegiados no âmbito de Ministérios ou Secretarias de Estado ou Municipais só podem ser criados por lei específica.
- e) a fusão, a incorporação, a cisão e a extinção de empresas estatais somente podem se dar por lei.

6

Assinale a alternativa correta quanto ao desenho constitucional estabelecido para a promoção e o incentivo de ações com vistas ao desenvolvimento científico, capacitação tecnológica e inovação.

- a) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante prévia autorização legislativa.
- b) As pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação devem ser essencialmente direcionadas para a solução dos problemas nacionais e para o desenvolvimento do sistema produtivo regional, razão pela qual não cabe ao Poder Público incentivar, promover e financiar a atuação das instituições públicas nessa área, no exterior.
- c) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) deve ser organizado pela União com vistas a promover a cultura de inovação e visão empreendedora, no âmbito da sua competência privativa, devendo prever a participação colaborativa de entes públicos e privados em Conselhos, inclusive para a composição de distribuição orçamentária e financeira.
- d) O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional pode ser destinado para a promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, fixados por parâmetros constitucionais denominados coeficientes individuais de participação, regulamentados e calculados pelo Tribunal de Contas da União.
- e) As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por escolas públicas, escolas comunitárias,

profissionais ou filantrópicas poderão receber apoio financeiro do Poder Público, opção não extensível às universidades e instituições de educação profissional e tecnológica.

7

Nos termos da CF/88, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, entre outros, o seguinte princípio:

- a) soberania regional.
- b) propriedade pública.
- c) função social da propriedade.
- d) tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno e médio portes.
- e) defesa do meio ambiente, sem tratamento diferenciado considerando o impacto ambiental do processo de elaboração dos produtos.

8

A respeito da Política Urbana, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- c) As desapropriações de imóveis urbanos que não atendam às especificações do plano diretor devem ser precedidas de indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis em 20 (vinte) anos.
- d) Os imóveis públicos que não atendam a sua função social podem ser objeto de usucapião.
- e) Aquele que possuir como sua área urbana de até trezentos e cinquenta metros quadrados, por três anos, utilizando-a para o exercício de atividade comercial, adquirir-lhe-á o domínio.

9

Sobre a ordem social na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) O ensino será ministrado com o intuito de garantir o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- b) É requisito para a percepção dos benefícios previdenciários e para a assistência social a efetiva contribuição para a manutenção do sistema.
- c) O tombamento de bens imateriais não é admitido como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.
- d) Integram a seguridade social a saúde, a educação, a previdência e a assistência social.
- e) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas sem fins lucrativos.

10

A doutrina, ao tratar das espécies de inconstitucionalidades, assinala que

- a) o vício formal objetivo acontece na fase de iniciativa, quando as leis de iniciativa exclusiva têm a reserva violada, ou não observada.
- b) a inconstitucionalidade formal é também conhecida como nomoestática, e uma lei pode padecer de vício formal ou somente de vício material.
- c) o vício formal subjetivo é verificado nas demais fases do processo legislativo, posteriores à fase de iniciativa, como, por exemplo, no caso de uma lei complementar sendo votada por um *quorum* de maioria relativa.
- d) a inconstitucionalidade material expressa uma incompatibilidade de conteúdo, substantiva entre a lei ou ato normativo e a Constituição.

e) a inconstitucionalidade material, também conhecida como nomodinâmica, ocorre no processo legislativo de elaboração das leis por autoridade incompetente.

11

A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa **correta**.

- a) A arguição incidental constitui um incidente de inconstitucionalidade, que tem por objeto qualquer ato do Poder Público e ser suscitada, de ofício, pelo órgão judicial responsável pelo julgamento do caso.
- b) Caso o Supremo Tribunal Federal admita a arguição incidental, o processo que a originou será suspenso por 120 dias.
- c) Para que a ADPF seja admitida, é necessária a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante, por meio de decisões divergentes de pelo menos dois tribunais diferentes.
- d) Assim como se dá no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, o direito municipal não pode ser objeto de ADPF.
- e) Tanto a arguição autônoma quanto a incidental podem ter por objeto qualquer ato do Poder Público, inclusive anteriores à Constituição, administrativos e jurisdicionais.

12

No tocante às ações da CF/88 versando sobre controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) A medida cautelar deferida em ação direta de inconstitucionalidade será, como regra geral, dotada de eficácia *erga omnes* e efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender de forma diversa.
- b) A medida cautelar deferida em ação declaratória de constitucionalidade importará, como regra geral, na aplicação da legislação anterior, acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- c) A decisão sobre a constitucionalidade de lei na Ação Direta de Constitucionalidade exige a manifestação, nesse sentido, de ao menos 06 (seis) Ministros, estando presentes na sessão pelo menos 08 (oito) Ministros.
- d) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível podendo ser o objeto de ação rescisória.
- e) Há identidade entre todos os legitimados para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão e para a Ação Direta de Constitucionalidade.

13

A respeito do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) Há previsão positivada, na ordem jurídica brasileira, de controle jurisdicional abstrato preventivo.
- b) O controle principal é, via de regra, de natureza abstrata, mas pode, excepcionalmente, ter natureza concreta.
- c) O único instrumento jurídico hábil a combater a omissão inconstitucional é a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- d) A alteração da realidade fática não é capaz de tornar inconstitucional norma que, em princípio, considerava-se como constitucional.
- e) Um artigo não pode ter uma parte inconstitucional e outra parte considerada constitucional.

14

Ao Estado de São Paulo cumprir proporcionar o bem-estar social, garantindo o pleno acesso aos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo, sendo correto afirmar que a Constituição paulista assegura

- a) diante da natureza emergencial e compensatória, a prevalência dos programas de assistência social sobre a formulação e aplicação de políticas sociais básicas nas áreas de saúde, educação, abastecimento, transporte e alimentação.

b) ao paciente, internado em hospitais da rede pública ou privada, a faculdade de ser assistido, religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso, assim como o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

c) o atendimento médico à mulher, em todas as fases da vida, pelo corpo clínico especializado da rede pública de saúde, excluída a prática do aborto nos casos excludentes de antijuridicidade, previstos na legislação penal.

d) a competência do Estado em garantir o ensino fundamental público e gratuito aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, com organização adequada às características dos alunos, assim como, ao Município, a competência para definir as normas, autorização de funcionamento, supervisão e fiscalização da educação da criança de zero a seis anos.

e) a construção de políticas públicas pelo Sistema Estadual de Ensino deve atender a todos os níveis e modalidades, incluindo a educação para as pessoas com deficiência, ou seja, inclui a definição de normas gerais de funcionamento das escolas públicas estaduais, com exceção das escolas particulares, que gozarão de plena autonomia para organizar sistemas de ensino.

15

Suponha que um Prefeito Municipal, logo após a sua posse, tenha nomeado três pessoas em diferentes cargos públicos de livre nomeação e exoneração. O seu advogado pessoal, João, que não é seu parente, assumiu o cargo de Secretário de Negócios Jurídicos. Maria, esposa de João, foi nomeada como Superintendente de autarquia municipal. E Pedro, parente de terceiro grau do Prefeito, foi nomeado como assessor especial em seu Gabinete. Considerando a Súmula Vinculante n. 13, que veda o nepotismo no serviço público, é **correto** afirmar que

a) as nomeações não ofendem a referida súmula, podendo ser mantidas.

b) as nomeações de João e Maria não violam a referida súmula, mas a de Pedro a ofende.

c) as nomeações de João e Maria ofendem a referida súmula, mas não a nomeação de Pedro.

d) apenas a nomeação de Maria viola a referida súmula.

e) todas as nomeações violam a referida súmula vinculante.

Direito Administrativo

16

Assinale a alternativa correta acerca dos atos administrativos.

a) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos.

b) A Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

c) Ao Estado é facultada a anulação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de processo judicial.

d) O ato de índole discricionária é passível de revogação que pode ser feita pelo Poder Público e pelo Poder Judiciário.

e) O poder de revogar da Administração é ilimitado; são passíveis de revogação os atos consumados e os atos vinculados, desde que não tenham gerado direitos adquiridos.

17

Quanto à legitimidade de qualquer cidadão para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, instituída pela Lei nº 9.790/99, assinale a alternativa **correta**.

a) É vedado o anonimato, devendo o requerimento estar amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público.

b) É garantido o anonimato, devendo o requerimento estar amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público.

c) É garantido o anonimato, devendo o requerimento estar amparado por indícios de erro ou fraude, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público.

d) É garantido o anonimato, devendo o requerimento estar amparado por suposição de erro ou fraude, sem prejuízo das prerrogativas do Ministério Público.

e) É vedado o anonimato, devendo o requerimento estar amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, independentemente das prerrogativas do Ministério Público.

18

O Decreto Federal nº 6.017/07, ao regulamentar a Lei Federal nº 11.107/05 quanto aos consórcios públicos, define contrato de rateio, nos termos a seguir:

a) É instrumento firmado entre a administração pública e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.

b) É o instrumento pelo qual devem ser constituídas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

c) É o instrumento pelo qual devem ser reguladas as obrigações que qualquer ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

d) É o contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.

e) É instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público.

19

A Lei Federal nº 11.107/05, ao disciplinar a contratação de consórcios públicos, prevê a figura do contrato de programa. A propósito do referido instrumento, assinale a alternativa **correta**.

a) No caso de a gestão associada originar a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, o contrato de programa, a critério do gestor, poderá conter cláusulas que estabeleçam os encargos transferidos e a responsabilidade solidária da entidade que os transferiu.

b) É anulável a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.

c) Cessa a vigência do contrato de programa quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

d) Os entes consorciados, sempre em conjunto, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de programa.

e) Mediante previsão do contrato de consórcio público, ou de convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

20

Nos termos da Lei federal nº 11.107/05, de consórcios públicos, os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Em relação a isso, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência é desvinculado do período das dotações que o suportam.
- b) Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- c) É facultada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- d) Os entes consorciados, sempre em conjunto, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
- e) O consórcio público não é obrigado a fornecer as informações afetas às despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

21

A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas, estabelece que

- a) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito administrativo, sendo que eventual responsabilização no âmbito civil depende de comprovação de culpa.
- b) a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- c) a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- d) desaparece a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- e) as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

22

Quando um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior. Trata do seguinte instituto de Direito Administrativo:

- a) retrocessão.
- b) cessão.
- c) desafetação.
- d) afetação.
- e) reversão.

23

O ato administrativo que admitir o uso privativo de bem público por particular é

- a) ilegal se recair sobre bem dominical.
- b) inválido se não for precedido de licitação.
- c) inconstitucional se recair sobre bem imóvel.
- d) denominado concessão de direito real de uso.
- e) válido se preencher os requisitos legais da autorização.

24

Nos termos da doutrina existente, improbidade administrativa na Administração Pública

- a) viola o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral.
- b) é uma especial ou qualificada forma de imoralidade.
- c) apresenta características próprias, inconfundíveis com as características do detentor do poder.
- d) é a consagração da responsabilidade objetiva do Estado, sem a necessidade de comprovação de dolo ou culpa do agente que tenha dado causa ao dano.

- e) é a discriminação infundada, baseada em questões de ordem pessoal dos envolvidos.

25

Determinada autarquia municipal constata estar caracterizada situação que pode ocasionar prejuízo aos serviços por ela prestados. Para a contratação dos serviços necessários ao atendimento da situação emergencial que se apresenta, assinale a alternativa **correta** conforme a Lei de Licitações.

- a) Trata-se de hipótese de dispensa de licitação.
- b) Há dever de licitar, está vedada a contratação direta.
- c) É inexigível a licitação.
- d) Cabe contratação direta, desde que os serviços sejam concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos e ininterruptos.
- e) O contrato emergencial poderá ser prorrogado pelo prazo que durar a situação de emergência.

26

O exercício do poder de polícia tem por base constitucional o sistema de repartição de competências entre os entes federados, que, por sua vez, determina as devidas competências federativas em determinadas atividades.

Assim, assinale a alternativa correta a respeito do poder de polícia, segundo correta interpretação da Magna Corte brasileira.

- a) Os Estados são competentes para regular o horário de atendimento bancário.
- b) A União tem competência para fixar horário de funcionamento de lojas comerciais.
- c) Compete aos Estados autorizar e fiscalizar o funcionamento de máquinas caça-níqueis, vídeo-bingos, vídeo-pôquer e semelhantes.
- d) O Município é competente para impor aos estabelecimentos bancários a obrigação de instalar portas eletrônicas e detector de metais.
- e) É da competência do Município editar lei que determina a distância mínima de 150 metros entre uma farmácia e outra.

Direito Civil

27

Assinale a alternativa que corresponde, em regra, às características do direito da personalidade.

- a) Absoluto, imprescritível, inato e vitalício.
- b) Intransmissível, renunciável, absoluto e inalienável.
- c) Extrapatrimonial, o exercício pode sofrer limitação voluntária, absoluto e alienável.
- d) Vitalício, transmissível, absoluto e inalienável.
- e) Inato, absoluto, vitalício e prescritível.

28

Jurandir é fiscal do Meio Ambiente, funcionário público da União, trabalhando na defesa da fauna e da flora brasileira. No mês de março de 2014, sua vizinha Nadine, por meio das redes sociais, disse que Jurandir era pessoa “que maltratava animais” e que mantinha em cativeiro espécies da fauna brasileira, o que não é verdade. Tal fato chegou ao conhecimento dos superiores hierárquicos de Jurandir, que mesmo sabendo da lisura de sua conduta, para que pudesse se recuperar da repercussão dos fatos, o mandaram, a serviço, para a África. Passados 5 anos dos fatos (março de 2019), Jurandir retorna ao Brasil e pretende ingressar com uma ação contra Nadine, requerendo reparação civil.

Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) a pretensão de Jurandir está prescrita, pois o prazo de prescrição para discussão de reparação civil é de três anos contados da data do fato.
- b) a prescrição fica suspensa para Jurandir, da data de sua saída a serviço da União, até o seu retorno, quando recomeça a contagem do prazo de cinco anos para o ingresso da demanda.
- c) aplica-se ao caso em tela o instituto da decadência e, como essa já se concretizou, por ser de quatro anos, nada mais poderá fazer Jurandir contra os atos praticados por Nadine.

d) por estar em missão oficial não corre a prescrição de três anos a contar dos fatos, para que Jurandir ingresse com a demanda requerendo reparação civil contra Nadine.

e) para que Jurandir fizesse jus à suspensão do prazo prescricional, deveria ter ingressado com a demanda antes de sair em missão de paz, sendo que passado três anos, no caso em tela, a ação está prescrita.

29

Sobre a previsão legal de provas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) A confissão é irrevogável, mas pode ser declarada nula se decorrente de erro de fato ou de coação.

b) Farão a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça judicial, do protocolo das audiências, ou de outro qualquer livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele, ou sob a sua vigilância, e por ele subscritas, assim como os traslados de autos, quando por outro escrivão consertados.

c) A prova resultante dos livros e fichas é bastante mesmo nos casos em que a lei exige escritura pública, ou escrito particular revestido de requisitos especiais, mas pode ser ilidida pela comprovação da falsidade ou inexatidão dos lançamentos.

d) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal não é admissível, nem como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

e) As declarações constantes de documentos assinados não se presumem verdadeiras em relação aos signatários.

30

Sobre a cessão de crédito, assinale a alternativa correta.

a) Na cessão por título oneroso, o cedente, desde que expressamente previsto no negócio jurídico, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.

b) O cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros e não tem o dever de ressarcir-lhe as despesas da cessão e as que o cessionário houver feito com a cobrança.

c) O cedente responde pela solvência do devedor, salvo se ignorava o estado de insolvência deste no momento da cessão.

d) Na cessão a título gratuito, o cedente somente é responsável pela existência do crédito ao tempo da cessão se tiver procedido de má-fé.

e) O crédito, uma vez penhorado, poderá ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.

31

Roberto, proprietário de um imóvel no litoral do estado de São Paulo, decidiu vender o apartamento para Maria, informando que atualmente existe um inquilino no imóvel e que o valor mensal do aluguel é de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Buscando extinguir uma dívida antiga, decide ceder os créditos da venda a Maria para Pedro mediante instrumento particular simples. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Considerando não haver nenhuma disposição em contrário, Roberto cede apenas os créditos relativos à venda, não abrangendo os créditos relativos ao valor do aluguel.

b) A cessão de créditos realizada entre Roberto e Pedro é eficaz em relação a terceiros.

c) Em regra, Roberto responde pela solvência de Maria.

d) Se Roberto penhorar o crédito, este pode ser transferido por Pedro, se tiver conhecimento da penhora.

e) A cessão do crédito não tem eficácia em relação a Maria, senão quando a esta notificada.

32

Considerando as disposições do Código Civil acerca do contrato de compra e venda, é **correto** afirmar:

a) No caso de venda *ad corpus*, havendo diferença de área superior a 5%, o comprador pode exigir a complementação da área e, não sendo possível, a resolução do contrato ou o abatimento do preço.

b) No caso de venda *ad mensuram*, havendo diferença de área superior a 5%, o comprador pode exigir a complementação da área e, não sendo possível, a resolução do contrato ou o abatimento do preço.

c) No caso de venda por amostra, havendo divergência entre a amostra e a descrição contida no contrato, tem-se como válida a entrega da coisa conforme descrita no contrato.

d) No caso de venda a contento, o negócio só se aperfeiçoa com a entrega integral da coisa pelo vendedor ao comprador.

e) No caso da venda com reserva de domínio, a coisa é entregue desde logo ao comprador, mas o vendedor se reserva o direito de propriedade, correndo por sua conta o risco de perecimento da coisa.

33

Considerando as disposições do Código Civil relativas à posse, assinale a alternativa **correta**.

a) O detentor conserva a posse da coisa em cumprimento de ordens ou instruções de outra pessoa, com quem mantém relação de dependência.

b) Posse direta é aquela exercida em nome próprio, enquanto a posse indireta é exercida em nome alheio.

c) O possuidor tem direito de ser mantido ou reintegrado na posse, valendo-se, inclusive, de desforço próprio, salvo se a parte contrária comprovar que é a legítima proprietária do bem.

d) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos, aos pendentes e aos colhidos por antecipação, até a data em que cessar a boa-fé.

e) O possuidor de boa-fé tem direito de retenção pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias; o possuidor de má-fé tem direito de retenção apenas pelas benfeitorias necessárias.

34

Sobre o exercício da servidão, assinale a alternativa **correta**.

a) O dono do prédio serviente poderá embaraçar, se o caso, o exercício da servidão.

b) A servidão não pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente.

c) Constituída para certo fim, a servidão não se pode ampliar a outro.

d) Se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas custeadas pelo maior.

e) As servidões prediais são divisíveis sempre e subsistem no caso de divisão dos imóveis.

35

Assinale a alternativa que contém ato ou negócio jurídico, válido e eficaz, realizado por menor relativamente incapaz, com idade de 17 anos, não emancipado e sem assistência de seus pais ou responsáveis ou posterior aprovação destes.

a) Obrigação contraída pelo menor que não declarou sua idade por não ter sido inquirido pela outra parte.

b) Testamento feito pelo menor, por instrumento particular.

c) Quitação dada pelo credor menor ao devedor que conhecia a idade daquele, tendo em vista a presunção legal de que o valor reverteu em benefício do menor.

d) Mútuo feito pelo credor ciente da menoridade do devedor, para alimentos deste, em razão da pessoa responsável pela guarda do menor, apesar de presente, não possuir recursos suficientes.

e) Pacto antenupcial feito pelo menor no qual é previsto o regime da separação convencional de bens.

36

Considerando o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o prazo prescricional para pretensão de reparação civil baseada em inadimplemento contratual é de

a) 3 anos.

b) 10 anos.

c) 5 anos.

- d) 4 anos.
- e) 1 ano.

Direito Processual Civil

37

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase a seguir, apontando o princípio correspondente:

“O processo, depois de instaurado, não pode ficar à mercê da vontade das partes, devendo ser dado ao mesmo o devido andamento, cabendo ao Juiz zelar pela rápida e eficaz solução da lide, em obediência ao princípio_____”.

- a) da segurança jurídica.
- b) do duplo grau de jurisdição.
- c) do impulso processual/oficial.
- d) da oficialidade.
- e) da disponibilidade e indisponibilidade.

38

Amicus Curiae pode ser definido como uma ajuda técnica proveniente de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada em processos judiciais cujas decisões afetarão a sociedade. O *Amicus Curiae*

- a) tem autonomia própria e possui interesse jurídico e institucional na demanda.
- b) se submete às regras de impedimento e suspeição.
- c) ingressa no processo apenas por provocação do estado-juiz.
- d) pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- e) tem seus poderes definidos pelas partes na primeira manifestação que fizerem nos autos após a intervenção.

39

A tutela antecipada requerida em caráter antecedente é prevista para os casos em que a urgência é contemporânea ao ajuizamento da demanda. Seus efeitos podem ser estabilizados, novidade disposta no Código de Processo Civil como técnica destinada à rápida produção de resultados.

A respeito do assunto, assinale a alternativa **correta**.

- a) A tutela torna-se estável se a parte prejudicada não recorrer no prazo de dois anos contados da decisão concessiva.
- b) A ação rescisória é o instrumento correto para reforma, revisão e anulação da tutela estabilizada.
- c) A decisão que concede a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, após a estabilização, faz coisa julgada.
- d) Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
- e) No caso de estabilização, o processo será suspenso pelo prazo de dois anos e, depois, extinto.

40

As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos alegados e influir eficazmente na convicção do juiz.

Com relação ao direito probatório, assinale a alternativa correta.

- a) A parte que requereu a produção de determinada prova poderá requerer sua desconsideração ou desentranhamento, caso lhe seja desfavorável.
- b) O juiz só poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo em caso de convenção processual.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência independentemente de determinação judicial.
- d) Incumbe ao terceiro, em relação a qualquer causa, exhibir coisa ou documento que esteja em seu poder.
- e) Não incumbe à parte colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial.

41

Quanto às prerrogativas da Fazenda Pública e do Advogado Público, assinale a opção correta.

- a) Não haverá remessa necessária quando não interposta apelação pelo órgão fazendário.
- b) Se aplica o reexame necessário nas causas dos juizados especiais da Fazenda Pública.
- c) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer.
- d) O membro da Advocacia Pública será civilmente responsável quando agir com culpa no exercício de suas funções.
- e) Não se aplica o duplo grau de jurisdição para confirmação de eficácia da sentença quando a mesma estiver fundada em súmula de Tribunal Superior.

42

Marli propôs ação contra uma loja de eletrodomésticos na cidade onde reside. Na petição inicial, pediu a indenização por danos materiais causados pela explosão do equipamento adquirido na loja. A loja de eletrodomésticos apresentou contestação e a ação foi julgada procedente pelo juiz. Na sentença publicada, o juiz condenou a loja à indenização por R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagas em 8 (oito) parcelas de R\$ 1.000,00 (mil reais), bem como omitiu-se em relação ao nome da parte autora. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta** em relação às possibilidades de correção da sentença.

- a) O juiz poderá corrigir de ofício a omissão do nome da parte autora, mas só poderá corrigir o número de parcelas a pedido da parte.
- b) Para correção do nome da parte autora, Marli poderá opor embargos de declaração, mas, para corrigir o número de parcelas, é necessária a interposição de apelação.
- c) Depois de publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- d) O juiz só poderá corrigir a omissão do nome da parte autora a pedido de uma das partes, mas poderá corrigir de ofício o número de parcelas.
- e) O juiz pode corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, tanto a omissão do nome da autora quanto o número de parcelas.

43

Acerca da jurisdição voluntária, há previsão legal no sentido de que a) seu procedimento terá início de ofício ou por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública.

b) serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, nos casos em que deva intervir como fiscal da ordem jurídica, para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.

c) não é possível propor uma ação por meio do procedimento da jurisdição voluntária em face da Fazenda Pública.

d) o juiz decidirá o pedido, por meio de sentença da qual caberá apelação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

e) nas ações propostas perante o procedimento voluntário, o juiz não é obrigado a observar o critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

44

Um policial militar do Estado de São Paulo, dirigindo em alta velocidade, colide a viatura contra um muro, danificando severamente o veículo. Instaurado procedimento administrativo militar é apurada a responsabilidade funcional, impondo o dever deste ressarcir o erário quanto ao valor gasto no reparo da viatura. Instado a fazê-lo, recusa-se. Manejada ação de cobrança pela PGE, o policial é condenado, e a ação transita em julgado. Deflagrado o cumprimento de sentença, o qual não resta impugnado pelo réu, inicia-se a fase de penhora e expropriação de bens. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Não se aplica a impenhorabilidade do bem de família, podendo o imóvel residencial do policial ser penhorado, eis que o dever de indenizar decorre de ato ilícito.
- b) Quando a residência familiar do policial se constituir em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis.
- c) A quantia depositada em caderneta de poupança do policial, em qualquer valor, pode ser penhorada, preferindo esta aos imóveis.
- d) O veículo do policial é impenhorável, em qualquer circunstância, eis que se presume a utilização deste, para locomover-se ao serviço.
- e) Por se tratar do policial militar, incide regra de lei estadual que o dispensa de reparar o dano.

45

No que diz respeito ao incidente de resolução de demandas repetitivas, é **correto** afirmar:

- a) a desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- b) por ser uma petição inicial, serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) a inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede a sua repropositura.
- d) é incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- e) é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

46

Quanto aos meios de impugnação dos provimentos judiciais, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível, sendo, neste caso, desnecessário o requisito da repercussão geral.
- b) É cabível reclamação em face de ato judicial não impugnado e transitado em julgado, que desrespeita decisão do STF.
- c) Não é cabível agravo de instrumento contra decisão que acolhe pedido de revogação de gratuidade da justiça.
- d) Da decisão que inadmite intervenção de terceiros cabe agravo de instrumento.
- e) Da decisão que exclui litisconsorte não cabe agravo de instrumento.

47

O Direito Processual Intertemporal visa regular as situações ocorridas durante a transição entre as regras do antigo Código de Processo Civil (CPC/73) e do novo Código de Processo Civil (CPC/15). Considerando a complexidade do tema, o Superior Tribunal de Justiça editou regras, bem como o CPC/15 editou as disposições finais e transitórias. A esse respeito, assinale a alternativa **correta**.

- a) Para os recursos interpostos para impugnar decisões publicadas a partir da vigência do CPC/15, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais.
- b) Aos recursos interpostos sob a égide do CPC/73, caberá a abertura de prazo para correção de vícios prevista no CPC/15.
- c) Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 e ainda não julgados, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal do CPC/15.
- d) O modelo adotado pelo CPC/15 foi da metanorma de incidência parcial por isolamento de fase processual: a lei processual nova será aplicada imediatamente, preservando-se os atos praticados de acordo com a lei anterior.
- e) Se a prova tiver sido requerida na vigência do CPC/73, mas for julgada na vigência do CPC/15, segue-se a sistemática do CPC/15 em relação às disposições de direito probatório.

Direito Financeiro

48

Tratando-se de programação orçamentária decorrente de dotação introduzida na Lei Orçamentária Anual do Estado por emenda parlamentar individual impositiva, ou seja, aprovada no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao encaminhamento do projeto, é correto afirmar que

- a) não poderá ser afetada por limitação geral de empenho (contingenciamento) e tampouco cancelada ou remanejada por inviabilidade técnica de execução da ação correspondente.
- b) demanda, na hipótese de ação a ser executada mediante transferência de recursos a Município, a comprovação da adimplência do ente no que concerne a obrigações perante o Estado e a União.
- c) não poderá ser considerada para verificação do cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação de recursos em despesas com saúde e educação, ainda que contemple ação nas referidas áreas.
- d) poderá ser destinada a ações executadas por Municípios, inclusive na forma de transferência especial, que, observadas as regras constitucionais, independe da celebração de convênio ou instrumento congêneres.
- e) deverá ser integralmente executada (empenhada, liquidada e paga) no exercício correspondente, vedada a inscrição em restos a pagar.

49

Nos termos do que dispõe a Lei nº 4.320/64, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender o *superavit* do Orçamento Corrente, são

- a) receitas de capital.
- b) receitas correntes.
- c) investimentos.
- d) inversões financeiras.
- e) despesas correntes.

50

Em determinada municipalidade, alguns servidores lotados em Diretorias Regionais de Ensino recebem numerário de forma antecipada da Tesouraria Municipal, ficando tal numerário sob sua guarda e responsabilidade, a fim de fazer frente a despesas de pequena monta, imprevisíveis e urgentes. Certo dia, um destes servidores depara-se com a necessidade de trocar a fechadura de um dos portões de uma escola, que foi destruída por vândalos na noite anterior, impedindo que o portão da escola se feche e colocando, assim, em risco a segurança da comunidade escolar. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que

- a) a urgência da despesa realizada em regime de adiantamento justifica a não realização do prévio empenho.
- b) caso o servidor em questão não tenha prestado contas no prazo determinado em relação a adiantamento recebido, não poderá ser feita a ele nova antecipação de numerário.
- c) a relevância da despesa justifica a realização de adiantamento ainda que a nova fechadura supere o limite normativo fixado para despesas pagas em regime de adiantamento.
- d) não é possível o uso do regime de adiantamento para despesas que, como a descrita, envolvam fornecimento de material combinado com mão de obra.
- e) caso o servidor já seja responsável por um adiantamento, não poderá ser feito a ele novo adiantamento antes de ser utilizado o recurso antecipado anteriormente.

51

Para efeitos do que dispõe a Lei Complementar nº 101/00, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram

- a) a dívida pública consolidada.
- b) a dívida mobiliária.
- c) o refinanciamento da dívida mobiliária.

- d) a concessão de garantia.
- e) a contragarantia.

Direito Tributário

52

A lei relativa à contribuição de melhoria observará os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional e fixará, para impugnação pelos interessados de quaisquer de tais requisitos, prazo não inferior a

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 60 dias.
- d) 120 dias.
- e) 180 dias.

53

Em relação à responsabilidade dos sucessores, de terceiros e por infrações, dispõe o Código Tributário Nacional:

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, e, no caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração pelo período de dois anos, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato, subsidiariamente com o alienante se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- c) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem subsidiariamente a este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, dentre outros, os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, não se aplicando em matéria de penalidades, às de caráter moratório.
- d) A responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada judicialmente ou pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo não dependa de apuração, sendo considerada espontânea a denúncia apresentada antes ou após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que ocorra de forma inequívoca.
- e) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até dois anos após a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, não se aplicando tal responsabilidade aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

54

Em sede de execução fiscal, conforme disciplinada pela Lei no 6.830/80, a arrematação será precedida de edital, afixado no lugar de costume, na sede do Juízo, e publicado em resumo, uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial. O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a _____, nem inferior a _____ dias.

As lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) 10 ... 5
- b) 15 ... 5
- c) 20 ... 10
- d) 30 ... 10

- e) 60 ... 30

55

A Constituição Federal, no artigo 150, inciso VI, alínea "a", proíbe os entes federados de instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros. Trata-se da chamada imunidade recíproca. Os parágrafos 2º e 3º do mesmo dispositivo constitucional ampliam a aplicação dessa imunidade a entes componentes da administração indireta. Diante disso, considerando o decidido pelo E. Supremo Tribunal Federal nos *leading cases* dos temas 1.140 e 508 da Repercussão Geral, assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade recíproca estende-se apenas às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público prestadoras de serviços públicos essenciais, ainda que cobrem tarifas como contraprestação dos serviços.
- b) Sociedade de economia mista delegatária de serviço público essencial, desde que não distribua lucros a acionistas privados, tem direito ao gozo da imunidade recíproca, contanto que isso não implique risco ao equilíbrio concorrencial, ainda que haja cobrança de tarifas como contraprestação dos serviços.
- c) As empresas públicas têm direito ao gozo de imunidade recíproca, ainda que não se dediquem à prestação de serviços públicos essenciais e cobrem tarifas dos usuários.
- d) Sociedade de economia mista com ações negociadas em bolsa e inequivocamente voltada à remuneração do capital de seus investidores públicos e privados tem direito à imunidade recíproca se prestar serviço público essencial.
- e) A imunidade recíproca estende-se apenas às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público prestadoras de serviços públicos essenciais, desde que não cobrem tarifas como contraprestação dos serviços prestados.

56

Sobre as obrigações tributárias, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que

- a) admitem obrigações de natureza contributiva e obrigações de natureza de colaboração, instrumentais às primeiras.
- b) têm a mesma natureza das obrigações civis, considerando-se a noção jusfilosófica de contrato social entre sociedade e soberano como justificativa para a existência do Estado.
- c) as obrigações acessórias representam sempre obrigações de fazer, sendo vedado ao fisco o estabelecimento de obrigações tributárias acessórias omissivas.
- d) se aplica o princípio da proporcionalidade em relação às obrigações principais, mas não em relação às obrigações de cunho acessório.
- e) é facultado à administração tributária negar ao contribuinte em débito com a Administração o direito à emissão de nota fiscal eletrônica mediante uso de sistema eletrônico público.

57

Considere o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 49: "*O deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual*" e assinale a alternativa correta.

- a) Tendo em vista que estas remessas não consubstanciam operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, o crédito não é anulado e, desde logo, fixou o Supremo Tribunal Federal, vislumbrando a omissão legislativa, que eles (os créditos) devem ser assegurados integralmente pelas unidades federadas de origem e de destino na mesma proporção (metade para cada unidade federada), nas operações interestaduais, em aplicação do princípio da igualdade dos entes federativos.
- b) Em razão do disposto no inciso II do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal, a operação, interna ou interestadual, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores, uma vez que equivale a uma não incidência.

c) Uma vez decidida a inconstitucionalidade da incidência de ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, presentes razões de segurança jurídica e interesse social, foram modulados os efeitos da decisão para que se aplique às operações de circulação de mercadorias ocorridas a partir de 01/01/2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data da publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49.

d) Tendo em vista que essas remessas não consubstanciam operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, houve o reconhecimento de que não é devido ICMS nessas operações, sem qualquer modulação dos efeitos dessa decisão, de modo que está aberta a possibilidade de restituição do que foi cobrado nos exercícios anteriores por parte dos contribuintes.

e) Embora essas remessas não consubstanciem operações de circulação de mercadorias, mas meras transferências de estoque, restou decidido que se os Estados não disciplinarem a transferência dos créditos entre os estabelecimentos do mesmo titular, para evitar a guerra fiscal, eles (os créditos) serão anulados nas remessas interestaduais.

Direito do Trabalho

58

O contrato de trabalho intermitente

a) apresenta os mesmos requisitos do contrato de trabalho por prazo indeterminado, exceto a subordinação.

b) não se aplica às categorias profissionais regidas por legislação própria.

c) pode ser acordado tácita ou expressamente.

d) deve ser celebrado por escrito.

e) só é válido na hipótese de acréscimo extraordinário de serviços ou substituição transitória de pessoal permanente.

59

Assinale a alternativa que traz um caso de suspensão do contrato de trabalho.

a) Férias.

b) Descanso semanal remunerado.

c) Afastamento do empregado por doença até o 15o dia.

d) Falta injustificada.

e) Licença maternidade.

60

Sobre remuneração, conforme previsão na CLT, assinale a alternativa correta.

a) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

b) Os valores atribuídos às prestações in natura deverão ser justos e razoáveis, podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo.

c) Não integram o salário as comissões pagas pelo empregador.

d) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens ou serviços a empregado, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, sendo vedado o pagamento em dinheiro.

e) Considera-se gorjeta somente a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.

61

O direito à equiparação salarial pressupõe, entre outros requisitos, o trabalho prestado ao mesmo empregador, com

a) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e diferença de tempo na função não superior a dois anos.

b) igual produtividade e diferença de tempo de serviço não superior a dois anos.

c) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e no mesmo município.

d) a mesma perfeição técnica e na mesma região metropolitana.

e) igual produtividade, com a mesma perfeição técnica e na mesma base territorial do sindicato da categoria profissional.

62

Determinado empregado, que exerce a função de motorista, perdeu a habilitação para dirigir veículo, por determinação da autoridade competente, em decorrência de conduta culposa.

Neste caso, considerando o disposto expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador

a) poderá despedi-lo por justa causa, desde que promova o ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave.

b) poderá despedi-lo sem justa causa, desde que o empregado não possua alguma garantia de emprego.

c) deverá afastar o empregado das atividades, sem prejuízo da remuneração.

d) deverá readaptá-lo em nova função.

e) poderá promover a rescisão indireta do contrato de trabalho.

63

Em relação às obrigações que decorrem da relação de emprego, as empresas que integram o mesmo grupo econômico do empregador são

a) subsidiariamente responsáveis.

b) subsidiariamente responsáveis, desde que tenham se beneficiado diretamente com a prestação dos serviços.

c) solidariamente responsáveis, desde que tenham se beneficiado diretamente com a prestação dos serviços.

d) solidariamente responsáveis, salvo cláusula contratual em sentido contrário.

e) solidariamente responsáveis.

Direito Processual do Trabalho

64

Sobre o Princípio da Unirrecorribilidade do Direito do Trabalho, assinale a alternativa **correta**.

a) Também é conhecido como princípio da singularidade.

b) Expressa que para cada decisão é possível a interposição de apenas um recurso, ainda que cabível a interposição de Recurso Especial e Extraordinário.

c) Referido princípio autoriza a interposição de mais de um recurso referente à mesma decisão prolatada.

d) A apresentação de novo recurso tratando da mesma matéria do anterior que não fora recebido por intempestivo não ferirá este princípio.

e) Norteia que os recursos não podem ser utilizados sucessivamente, mas sim simultaneamente, obedecendo-se à ordem de hierarquia dos órgãos jurisdicionais.

65

As reclamações trabalhistas poderão ser

a) apresentadas somente pelos empregados ou por seus representantes.

b) apresentadas somente pelos empregados, seus representantes, e pelos sindicatos de classe.

c) exclusivamente na forma escrita.

d) acumuladas em um só processo, se houver várias, independentemente de identidade de matérias, desde que se trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

e) acumuladas em um só processo, se houver várias com identidade de matérias e se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

66

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, é facultado ao empregador fazer-se substituir

- a) pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, em audiência trabalhista.
- b) por qualquer empregado que tenha conhecimento dos fatos, para todos os atos processuais, dentro ou fora da audiência trabalhista.
- c) pelo gerente ou qualquer outro preposto, desde que seja empregado e tenha conhecimento dos fatos.
- d) pelo gerente ou qualquer outro preposto, para fins de interposição dos recursos, quando estiver no exercício do *jus postulandi*.
- e) pelo advogado devidamente constituído, para todos os atos em audiência, desde que seja empregado e conheça o reclamante.

67

Numa reclamação trabalhista, em que o reclamante recebia salário mensal no valor de R\$ 1.000,00, na parte dispositiva da sentença transitada em julgado constou condenação em aviso prévio indenizado no importe de R\$ 100.000,00. Nesta situação,

- a) o valor de R\$ 100.000,00 deverá ser executado, pois emerge de uma decisão transitada em julgado.
- b) é indispensável o ajuizamento da ação rescisória para evitar o pagamento da importância que foi objeto da condenação.
- c) a correção do valor só poderá ser feita na decisão dos embargos à execução, após a garantia do juízo.
- d) a correção do valor poderá ser feita pelo juiz, *ex officio* ou a requerimento da parte interessada, antes da execução.
- e) a correção do valor poderá ser feita, desde que haja expressa concordância do exequente.

Legislação Municipal

68

A respeito da planta genérica de valores dos imóveis, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos estabelece que

- a) ela deve conter, além de outros elementos, o custo de reprodução dos prédios para efeito de tributação.
- b) o Poder Legislativo tem a competência para promover a revisão dos seus valores.
- c) ela será submetida à Câmara Municipal por meio de decreto do Chefe do Executivo.
- d) os valores venais dos imóveis não guardam relação com os respectivos valores de mercado.
- e) ao Executivo é vedado atualizar o valor monetário da base de cálculo do imposto dos imóveis cujos valores já são por ela definidos.

69

A Lei Orgânica do Município de Guarulhos proíbe a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvados apenas dois casos, conforme estabelecido na Constituição Federal, sendo um deles:

- a) a verba destinada à segurança pública.
- b) os recursos destinados aos pagamentos dos benefícios dos servidores públicos.
- c) o montante da receita arrecadada para o pagamento dos subsídios dos Vereadores.
- d) os recursos destinados às melhorias dos serviços públicos essenciais prestados pelo Município.
- e) a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

70

Segundo o disposto na Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta,

- a) é vedada por lei.
- b) dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
- c) não dependerá de autorização legislativa, mas apenas de prévia avaliação.
- d) dependerá de autorização legislativa, sendo dispensável a avaliação no caso de permuta.
- e) dependerá de autorização legislativa, sendo dispensável a avaliação no caso de compra.